

“DESINFESTANDO” OS CAMINHOS DO SUL DE MATO GROSSO: OS CAYAPÓ E A VIOLÊNCIA POR ENTRE RELATOS E RELATÓRIOS...

MARIA CELMA BORGES*

Introdução:

Este texto trata da violência vivida pelos povos originários Cayapó na fazenda de Camapuã, sul de Mato Grosso, no contexto do século XVIII, ao encontrarmos num diário de viagem¹ a narrativa da situação de escravos e de libertos contribuindo para aprisioná-los, sob as ordens de interesses particulares e públicos. Camapuã ficou conhecida na historiografia brasileira como varadouro muito importante no percurso das monções, especialmente a partir das contribuições de Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro “Monções”. Nesse lugar, os viajantes à busca de ouro, após meses de intempéries na travessia de cachoeiras, riachos e rios, partindo do Tietê, na antiga Araritaguaba, hoje Porto Feliz-SP, se abasteciam de mercadorias e descansavam para chegar às minas de Cuiabá. Também transportavam víveres necessários àqueles que já estavam pelas terras mineradoras.

Como destaca uma das fontes em análise, os embates entre povos e pobres da terra são evidências das ambiguidades do processo de ocupação do sul de Mato Grosso, tal como uma das faces da escravidão, ao serem os negros escravizados e os libertos obrigados a sair à captura de homens, mulheres e crianças indígenas. Também encontramos em outras fontes, como em Correspondências Oficiais, no Arquivo Público de Mato Grosso, em Cuiabá, a situação inversa, ou seja, os povos originários sendo utilizados como guias nas incursões à busca de escravos fugidos.

Em terras de Sant’Anna do Paranahyba, no século XIX, especialmente pelos caminhos que ligavam Cuiabá, no norte, a essa localidade no sul de Mato Grosso, no intuito de chegar a São Paulo e Goiás, encontramos situação semelhante, expressa nos relatos de sertanistas, como a obra “Derrotas”, de Joaquim Francisco Lopes, ao narrar suas entradas em

*Professora Associada do Curso de História, Campus de Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, membro do INCT Proprietas.

¹ ALMEIDA, Francisco José de Lacerda. Diário da viagem de Villa Bella para S. Paulo. Ano de 1788. In: Diários de Viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida pelas capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, Cuiabá e São Paulo nos anos de 1780 e 1790. Biblioteca Digital da Câmara dos deputados. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Biblioteca. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1941>. acessado em 05 de Dezembro de 2011

terras de Mato Grosso, tendo como ponto de partida Paranyba, por entre os anos de 1829 a 1857. Também os Relatórios de Província são fontes centrais, na medida em que, em termos pejorativos, são desnudados os desencontros entre os poderes provinciais e locais e esses povos.

Para o contato com essa documentação, entre os anos de 2009 a 2011, desenvolvemos uma pesquisa² tendo como foco a história agrária e a escravidão no sul de Mato Grosso³. Por este trabalho foi possível perceber que a história indígena encontra-se atrelada à agrária, sendo impossível dissociá-las. Desse modo, a abordagem mais ampla centrou-se nas ações⁴ dos pobres e livres, escravizados e dos povos originários nesse universo, buscando apreender o modo de vida e as formas de resistência empreendidas por esses agentes sociais ao longo do tempo face à ocupação da terra e dos conflitos oriundos desse processo.

Ao delimitarmos o objeto de pesquisa, de forma mais pontuada, o foco centrou-se nos Cayapó⁵ pelos arredores de Sant'Anna do Paranyba, mas sem perder de vista outros povos originários que despontavam nas fontes. Os campos de Sant'Anna do Paranyba e as terras da fazenda de Camapuã - conhecida na historiografia como varadouro de grande importância no percurso das monções, pois lugar em que os viajantes, após meses de travessia de cachoeiras, riachos e rios, partindo do Tietê, na antiga Araritaguba, hoje Porto Feliz-SP, se abasteciam de mercadorias e descansavam para chegar às minas de Cuiabá – foram lugares de análise para a abordagem ora apresentada.

Neste texto nos centraremos na discussão das contradições vivenciadas em Camapuã, narradas em um Relato de viagem⁶, assim como na análise dos povos originários sob o olhar de Lopes (2010). As impressões de viagem serão trabalhadas a fim de entendermos parte da história dos povos originários pelas terras de Camapuã e por Sant'Anna do Paranyba. A

² Este texto é resultado do Projeto de Pesquisa “Pobres livres e escravos em Sant’Ana de Paranaíba: cultura, violência, resistência e liberdade nos campos do sul de Mato Grosso”, desenvolvido no período de 2009 a 2011, com o financiamento da FUNDECT-MS.

³ Parte dos resultados desta pesquisa foi publicada em Borges (2012).

⁴ Quando nos referimos às “ações” estamos pensando na experiência humana e o modo como influencia o fazer-se da história, a partir de uma perspectiva thompsoniana (THOMPSON, 1981) da escrita da história.

⁵ Para uma discussão mais pontuada dos Cayapó, ver Giralдин (1997).

⁶ ALMEIDA, Francisco José de Lacerda. Diário da viagem de Villa Bella para S. Paulo. Ano de 1788. In: Diários de Viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida pelas capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, Cuiabá e São Paulo nos anos de 1780 e 1790. Biblioteca Digital da Câmara dos deputados. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Biblioteca. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1941>. acessado em 05 de Dezembro de 2011

leitura da administração provincial, no contexto do século XIX, sobre os povos originários, se dará utilizando como fonte central os Relatórios de Província, a fim de entendermos como os povos originários, pelos campos de Vacaria e, especialmente, na região de Sant’Anna do Paranahyba, sentiram na pele o peso da administração provincial, por esta impetrar inúmeras ações no sentido de “desinfestar” os caminhos do sul.

O intuito da pesquisa mais ampla era o de discutir a história agrária e a escravidão no sul de Mato Grosso, no Império, todavia, não foi possível nos centrarmos exclusivamente nesse marco temporal ou mesmo na história agrária sem correlacioná-la à indígena, por entendermos que o contexto e os agentes sociais analisados referendam a forma como se dava a ocupação de Mato Grosso desde a América Portuguesa. Desse modo, no relato de um viajante, retomamos os caminhos das monções, tão discutidos por Holanda (1990), vasculhando assim marcas que os povos originários, tal como os pobres livres e escravizados, possam ter deixado, ao imprimir a sua história num espaço de concentração da terra e do poder.

Escravos, pobres e livres e povos originários pelas terras de Camapuã: violências na história do sul de Mato Grosso a partir de uma impressão de viagem

Na discussão dos caminhos de Camapuã, conhecido na historiografia regional como “varadouro de Camapuã” e por onde passavam as monções, as quais se abasteciam nessa localidade de víveres e encontravam um espaço de descanso até chegar às minas de Cuiabá, é interessante retomar o relato de viagem do capitão de fragata, Francisco José de Lacerda e Almeida⁷, ao narrar as suas memórias pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, Cuiabá e São Paulo entre os anos de 1780 e 1790.

Mesmo que esta fonte não se refira a uma viagem monçoeira, pois a preocupação do capitão era fazer um levantamento hidrográfico, o relato aponta aspectos importantes da rota das monções e, mais do que isso, para o modo como as contradições se apresentavam por essas localidades.

Depois de percorrer as capitanias do Pará e Rio Negro, Almeida chegou a Vila Bela, Mato Grosso, partindo desse lugar em 13 de setembro de 1786 em direção a Cuiabá, onde chegou no dia 29. Demorou-se por cerca de quinze dias até preparar a continuidade da viagem

⁷ Idem.

rumo à Capitania de São Paulo. O retorno para essa Capitania é o caminho que nos interessa, de forma particular, por tratar diretamente de Camapuã e do sul de Mato Grosso.

Segundo o capitão Almeida, trabalhadores o acompanharam em um batelão, adquirido para este fim, já “que tantos eram precisos para as vareações nos saltos” (p.44). A tripulação era composta de 28 homens: “[...] valorosos, e destemidos, mas desconfiados, e incivis por educação e ofício, e próximo a atravessar um sertão vastíssimo habitado por diferentes nações de gentios valorosos, e indômitos, e que por muitas vezes tem feito grandes estragos em vidas e fazendas” (p.65).

O autor se restringiu a essa explicação para falar de sua tripulação. Quiçá esses trabalhadores, outros pobres e livres, os escravos e os povos originários, despertassem o interesse e o desejo da narrativa em Almeida, tal como o olhar que dedicara a paisagem, ao narrar detalhes da flora e da fauna pelo percurso de sua viagem. Desse modo, o que se percebe nesse relato, tal como em vários outros, a exemplo dos “Relatos Monçoeiros” (TAUNAY, 1988), é o fato de que, ao contar a trajetória e as preocupações em relação às intempéries que poderia encontrar ou mesmo que encontrou pelos caminhos, a paisagem era muito mais interessante que os próprios agentes sociais, como se observa a seguir:

Retrocedendo de várias veredas falsas, que segui, naveguei 2 ½ léguas por entre os água-pés do pantanal, que são umas ervas aquáticas, que se entrelaçam umas com outras de forma que muitas vezes é necessário abrir caminho com facões; e cuja flor, estando aberta, forma a mais bela e regular bandeja circular, sendo as maiores que vi de três palmos de diâmetro pouco mais ou menos. (ALMEIDA, 1941:68)

A não ser aqueles apontamentos em que os povos originários comumente são apresentados como “ervas daninhas”, quanto aos pobres e livres e os escravizados os dados são ainda bem menos expressivos, quase que inexistentes. Os povos originários, em parte significativa desses relatos pululam porque não havia como ignorá-los, na medida em que a sua presença era marcante na defesa dos rios, matas e da terra em que se encontravam. Nesses relatos, em alguns momentos são vistos como edênicos, mas muito mais como demoníacos. Independentemente do olhar ali estão. Se vistos como “ervas daninhas”, mesmo que se desejasse não enxergá-los, isto não era possível. Mas, sobre os camaradas e escravizados ainda que imersos nos trabalhos mais pesados e parte fundamental dessas incursões, por elas pareciam subsumir. Vez ou outra, encontramos parcos indícios misturando-os às “cenas de viagem”, como se não tivessem rosto, muito menos história. Esta é uma leitura comum ao

olhar de grande parte daqueles que comandavam as expedições dos séculos XVIII e XIX, realizadas para o conhecimento da flora e da fauna brasileira ou mesmo na busca de metais preciosos e da mão de obra dos povos originários.

No trabalho de Almeida, em rara passagem em que os pobres e livres e os escravizados aparecem há a evidência da presença de negros libertos e escravizados utilizados no apresamento dos Cayapó na região de Camapuã, o que desvela as contradições dessa realidade:

Há três para quatro anos que tendo esse gentio insultado no Cuxim a uns comerciantes que navegavam para o Cuiabá, o administrador da fazenda para os intimidar mandou um destacamento composto de alguns mulatos libertos e de outros escravos da fazenda, homens na verdade capazes de se lhes confiar qualquer empresa, em que se deva ter valor e intrepidez, os quais no fim de alguns dias os encontraram, (e talvez aos inocentes) e fizeram uma boa presa de rapazes e de mulheres de toda a idade, e os conduziram à fazenda, onde os vi falando português, alegres e pacíficos, depois de terem tentado a fuga por duas vezes inutilmente, pois foram seguidos pelo rasto, e apanhados. Vi duas mulheres velhíssimas, mas tão fortes que na dita fuga foram apanhadas carregando cada uma às costas o seu rapaz de cinco para seis anos. (p.75)

Este trecho demonstra o modo como se desenhara o processo de colonização pelo sul de Mato Grosso, em terras da fazenda de Camapuã. Nesse varadouro, semelhante ao que ocorria em outras partes da Colônia e também do Império, a dura realidade se evidencia ao encontrarmos a situação de escravos e libertos contribuindo para aprisionar povos originários. Disso se depreende que não somente indígenas tiveram o papel na captura de negros escravizados fugidos de engenhos, fazendas e sítios, pelo norte e sul de Mato Grosso, principalmente para os quilombos, mas também negros escravizados e libertos contribuíram para o aprisionamento dos povos originários, como se depreende da fonte.

Essa é uma das grandes ambiguidades do processo de ocupação da terra e de apresamento da mão-de-obra indígena, tal como uma das faces da violência da escravidão negra, ao serem os negros escravizados obrigados a sair à captura de homens, mulheres e crianças indígenas Cayapó. O trabalho de libertos, na condição de camaradas, servindo como instrumento de poder para os proprietários de terras, comerciantes e representantes da administração, também demonstra o peso da colonização e um dos lugares ocupados por esses homens nesse universo de mandos e desmandos.

Na análise das narrativas de viagem de São Paulo à Cuiabá, ou pelo caminho inverso, aqueles que aparecem no comando das incursões quase sempre são advindos da elite,

acostumados às relações de dominação e de poder, em que homens e mulheres pobres, livres e escravizados, são vistos como mais uma peça a engrenar-se nas ordens que emanam do comando, seja no interior das embarcações, ou pelos varadouros e pousos, ao servirem para fazer a travessia por água e terra, transportar batelões, cargas e canoas, realizando os trabalhos mais adversos, aos quais os comandantes, com certeza, não fariam.

Numa outra passagem Almeida narra a alegria dos 28 camaradas ao se depararem com o Rio Tietê, momento em que comemoram, com gritos de entusiasmo e muita aguardente, a chegada no que o autor denomina como o seu “país natalício”, um lugar mais próximo ao lar, depois das muitas intempéries vividas pelos rios de Mato Grosso, do norte ao sul. O modo como observa a cena denuncia a sua leitura dos trabalhadores que compunham essa expedição:

Pelas 3 h da tarde passei fronteando a foz do Rio Sucuriú, que vem do ocidente e cuja largura me pareceu de 50 braças. Pernoitei na barra do Tietê, que tem de largura 70 braças. Pela alegria que tiveram os camaradas de chegarem ao rio, que banha seu país natalício, se enfureceram, e entre grandes gritarias e vivas gastaram-me em salvas frasco e meio de pólvora, e uns poucos de aguardente. Talvez que a alegria fosse fingida, e servisse de pretexto para subir a frasqueira a riba. (p.80).

Estas são apenas algumas impressões do relato desse viajante, mas que possibilitam entender uma parte da história dos pobres e livres, escravos e povos originários em Camapuã, pelos caminhos das monções nos campos do sul de Mato Grosso, sob o olhar daqueles que comandavam as incursões. São, desse modo, brechas que encontramos dentro da documentação oficial, as quais possibilitam entrever ações e agentes para além da oficialidade (SHARPE, 1992), que, de outro modo, continuariam invisíveis não fosse por essas frestas e pelo desejo de encontrá-las.

Entre a administração provincial e as “pestes” a “infestar” os caminhos: o sul de Mato Grosso e os povos originários (século XIX)

Se a caminho do norte da Província de Mato Grosso, ou vice-versa, a exemplo do percurso por Camapuã, o processo de colonização e a violência sobre as populações indígenas se fundamentaram na contradição, a revelar pobres da terra lutando entre si e vivendo no corpo e na pele a condição de escravizados, o restante do sul também traz esse histórico de usurpações das terras e do modo de vida dos povos originários, na medida em que lugar

privilegiado para a preação da mão-de-obra indígena, desde as bandeiras dos séculos XVII e XVIII, com a ocupação de vastas extensões de terras pertencentes a esses povos, até as incursões do XIX, por ordens do Poder Provincial. Nestas ocupações do século XIX, como se depreende da documentação, em especial das memórias de viajantes e/ou sertanistas, as grandes posses se davam pelo olhar “a perder de vista” (LOPES,2010).

Nos relatos monçoeiros do século XVIII e de sertanistas do XIX isto é perceptível, pois aparecem rios, cachoeiras, peixes, animais, insetos e paisagens exuberantes. Onças, pássaros, caças e frutas silvestres permeiam as narrativas recheando o espaço natural de belezas, também de intempéries, todavia a referência aos pobres e livres e aos escravos, como salientado anteriormente, é bastante escassa ou quase inexistente.

Os povos originários aparecem quase sempre nesses relatos dando a entender a intolerância e a negação do outro pelo modo como são apresentados. Os relatos dos viajantes e de grande parte dos presidentes de Província costumeiramente se referiam aos indígenas como “insetos”, “ervas daninhas”, “infestando” os caminhos, verdadeiras pestes e “entraves” para a civilização.

Ainda que em sua maior parte tenham sido interpretados como empecilhos para a colonização, mesmo que prevaleçam os termos pejorativos, podemos encontrar vários vestígios que nos possibilitam enxergar seu modo de vida e de luta em meio ao cenário adverso. Esse modo de vida poderia ser exposto, por exemplo, na referência ao contato com esses homens e mulheres quando na chegada em seus ranchos, roças, como expôs Lopes (2010), ou mesmo ao modo como se pintavam para o encontro com o não índio ou para seus rituais.

O trecho a seguir, contado por Helliott, no livro “Derrotas”, de Joaquim Francisco Lopes ao referir-se à “Segunda Derrota” deixa a entender que diferentemente do “uso e o costume” dos sertanistas do apresamento “por direito” desses povos, era possível, para esse assistente de Joaquim Francisco Lopes, o convívio pacífico e o desejo da catequese, como sugeria, no dizer do ajudante de Lopes, o Barão de Antonina, financiador dessa expedição. Entretanto, a afirmativa de “convívio pacífico” visava esconder a violência das ações sertanistas e dos interesses de políticos da época, a exemplo do Barão, como narrado nas “Derrotas”, quando em desespero homens, mulheres e crianças tentavam fugir:

Seguimos o trilho, e passando um pequeno córrego, demos de súbito com eles dentro de uns ranchos perto de uma restinga de mato. 'Adeus, camaradas' (disse o Sr. Lopes); isto foi bastante para pôr tudo em confusão, e dando gritos de terror correram todos, e as índias com os filhinhos nos braços faziam diligência de se evadir para o mato vizinho. Quais magros galgos, a quem a fome havia tirado as forças, partimos contudo no momento, e o sr. Lopes conseguiu alcançar e segurar uma china que levava um pequeno no braço, e nós apanhamos mais três piás, que também fugiam para se escapar. A pobre índia, pensando que de certo a morte ou o cativoiro a aguardava, ficou em um estado de aflição que é difícil descrever: balbuciava com dificuldade algumas palavras, que infelizmente nós não entendíamos, e assim a fomos conduzindo para os seus ranchos, onde lhe demos a entender por acenos que não queríamos fazer-lhe mal. Deu-se-lhe alguns lenços, um mosquiteiro, e outras bagatelas, com que os pequenos filhos, que podíamos tomar conforme o uso e costume dos sertanistas se não fora nossas convicções, e o cumprimento das terminantes ordens do sr. Barão, que sempre nos recomenda toda a brandura com esta gente a fim de pôr em prática seu plano de catequese, o que já em parte tem conseguido. (HELLIOT, in: LOPES, 2010:83)

As ditas “atrocidades” cometidas pelos povos indígenas, Coroado e Cayapó, pelos caminhos de Goiás e São Paulo tornam-se expressão costumeira nos relatos dos presidentes de Província e evidenciam a resistência dessas populações ao modo como se desenhava o processo de ocupação do sul de Mato Grosso.

Essas fontes são bastante categóricas quando os presidentes reforçam a leitura pejorativa em torno dos indígenas e a preocupação em relação aos projetos de catequese. Esta questão é evidenciada no Relatório de Pimenta Bueno, no ano de 1838, ao apontar para o fato de que:

A catequese de tais nações ofereceria grandes vantagens sem o temor dos perigos e estragos que eles ameaçam, novas explorações e viagens se abririam, novas minas seriam descobertas, novos produtos, e novas saídas a eles, e os próprios indígenas, como outros já fizeram, conhecedores do território, servir-nos-iam de guias. (p.18)

Nesse ponto, são perceptíveis os interesses da administração provincial no domínio da terra e da gente – a população imemorial – por meio da conversão, a qual contribuiria para o bom andamento da empresa colonizadora, tanto no sentido da contenção dos “perigos e estragos que eles ameaçam”, como ainda na abertura de novas explorações, minas e caminhos e ainda para que os saberes desses povos fossem utilizados para servirem de guias nas incursões.

Mas, para esta empresa da “catequese e civilização” dos índios, conforme Boeno: “nada confio de planos ou diretorias criadas somente no gabinete sem experiência e conhecimento positivo dos costumes, índole e natureza de cada uma das tribos” (p.19). Conforme este presidente da Província, o sistema de conservar os índios em aldeias “não é

seguramente o melhor, visto que ou não prosperam ou mesmo como aconteceu ainda há pouco na Província de Goiás, tendo fugido se todos”(p.19). Propunha então separá-los: “para que percam no todo os costumes bárbaros, que juntos nunca deixam, e sobretudo aproveitar os filhos, que com facilidade recebem nossos hábitos” (p.20). Ao encerrar este ponto, o presidente enfatizava a necessidade de povoar a província, inclusive por sua situação fronteiriça, colocando suas esperanças na “civilização” dos índios e descartando, “por ora, a imigração de estrangeiros” (p. 18-20).

Inúmeros outros exemplos de leituras semelhantes à de Boeno podem ser encontrados, sem muitas dificuldades, em outros discursos de presidentes de Província, como se percebe no ano de 1847, quando João Crispiano Soares, em discurso proferido à Assembleia Legislativa afirmou que o Capitão de Engenheiros, Antonio Lassance Cunha, encarregado de abrir a picada aquém do Paraná em direção à nova estrada: “teve dificuldades para sair com ela na estrada de Goiás, tendo partido da Freguesia de Sant’Ana de Paranaíba por onde entende conveniente que passe a estrada”⁸.

Ao dar continuidade às questões envolvendo a estrada para a Província de Goyaz, Crispiano Soares explicou as dificuldades encontradas pelo capitão de engenheiros, particularmente quanto ao fato de que a estrada estava despovoada: “pois que alguns dos moradores, que em outro tempo por ali existiram, abandonaram suas habitações, afugentados pelas ameaças dos índios bravios que costuma infesta-las” (p.18).

Em outro Relatório de Província de 1849, Joaquim José de Oliveira também destacou a presença dos “índios bravios” pelos campos de Vacaria. Ao discorrer sobre a “Segurança Individual” e narrar os acontecimentos às margens do rio Vacaria, nos conta que:

[...] foram mortos pelos índios cayuás três moradores do lugar denominado Vacaria, distrito de Miranda, os quais, voltando da comarca de Curitiba em companhia de Joaquim Francisco Lopes, encarregado pelo barão de Antonina de exploração nos afluentes do Ivinhema, se adiantaram com desejo de chegarem mais cedo, tomando, depois na habitação dos ditos índios a três com quem se ajuntaram para o serviço da canoa, os quais foram os assassinos, como todas as circunstâncias fazem crer. (p.6)

⁸RELATÓRIO de Província. Falla dirigida pelo Excelentíssimo Senhor Doutor João Crispiano Soares, atual Presidente da Província de Mato Grosso à Assembléa Legislativa no ato de sua instalação em 03 de maio de 1847. Cuyabá, Tipographia Provincial, 1847. Acessado em http://www.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso

Em vista deste fato, observa que mandou sair de Miranda uma bandeira contra os Índios Cayuá (p.6). Neste mesmo Relatório encontramos outra evidência da relação de conflitos entre moradores e povos originários:

Por participação do comandante do destacamento da Estiva fui informado de se haver retirado para um engenho vizinho o morador do lugar denominado Roncador, por ter sido ameaçado no dia 13 do mês próximo passado pelos índios bravos, que lhe mataram algumas criações, segundo a expressão daquele Comandante.(p.6)⁹

As informações contidas nesses relatórios dão a entender os constantes atritos entre os povos originários e os moradores que pelas terras indígenas iam se instalando no sul de Mato Grosso. Isto não poderia ser diferente, na medida em que o processo de ocupação implica o conflito. Entretanto, há de se ressaltar a distinção entre as ocupações de pequenas posses e as grandes áreas.

É certo que a grande propriedade requer uma extensão de terras muito maior que os pequenos sítios, o que quer dizer a expulsão de povos originários de forma ainda mais violenta. O que dá a entender, a partir dos Relatórios de Província, é que a administração pública estava atenta para a necessidade de enviar “bandeiras” ou “expedições” para “desinfestar” as áreas mais extensas que vinham sendo ocupadas. Esta é uma questão que pode ser vista a partir das considerações do relatório de João José da Costa Pimentel, Presidente de Província no ano de 1850¹⁰.

Ao tratar da “Tranqüilidade Pública”, afirmou o presidente que desde que tomou posse da administração reina a Província da “mais completa tranqüilidade”. Entretanto, ao discorrer sobre o que considera “índios bravos”, os Coroado que rondam a Província de Goiás e de São Paulo, observou que:

[...] cometeram neste ano grandes hostilidades, tanto na estrada de Goiás, como na nova de S. Paulo, perecendo vítima deles o 1º. Tenente ajudante de ordens o comando das armas Antonio Correa da Costa Pimentel. Mandeí contra eles, três bandeiras, que pouco ou nada fizeram, ou por estar muito avançada a estação chuvosa, ou por má direção dos respectivos comandantes, e enquanto elas operavam no sertão, eles batiam os moradores da estrada de Goiás, incendiando-lhes casas e roças e fazendo-lhes todo o governo de hostilidades, e ultimamente até

⁹RELATÓRIO do Presidente da Província de Mato-Grosso o Major Doutor Joaquim José de Oliveira na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 03 de maio de 1849. Rio de Janeiro. Typ. Imp. e Const. De J. Villeneuve e Comp. Rua do Ouvidor, n.63, 1850. Acessado em http://www.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso

¹⁰Falla dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso, na abertura da Sessão ordinária em 03 de maio de 1850, pelo Exmo. Sr. Presidente da Província coronel João José da Costa Pimentel. Cuiabá. Tipographia do Echo Cuiabana, 1850. Acessado em http://www.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso

atacaram o próprio destacamento da Estiva daqui 30 léguas, pelo que me vi na necessidade de o reforçar. (p.5)

Reforçando a ideia da necessidade de hostilidade, no mesmo parágrafo, o presidente da Província observou ainda que: “Se o governo imperial, a quem pedi auxílio para batê-los, me conceder, farei este ano seguir novamente contra os mesmos uma outra expedição, a fim de ao menos desinfestar as vias de comunicação desta província com a capital do Império”.

Breves Considerações

Como destacado anteriormente, chama a atenção os termos utilizados pelas autoridades administrativas na referência aos Cayapó, aos Coroado e às demais populações indígenas que apresentavam resistência à colonização. “Desinfestar” as vias de comunicação de “pragas” como os povos originários eram expressões comuns no vocabulário dos Presidentes de Província. Vistos como uma “peste” fazia-se necessário, então, contê-la, por meio de expedições e bandeiras ou ainda pela catequização como sugeriram alguns desses representantes da administração imperial.

Trabalhar os Relatórios de Província, semelhante aos relatos de viagem, é uma atividade instigante, pois possibilita rever vários discursos, inclusive o discurso da oficialidade, ao desnudarmos, nas linhas e entrelinhas da documentação oficial, numa história a contrapelo, como sugeria Benjamin (1987), a presença dos povos originários pelos caminhos de Mato Grosso, do norte ao sul.

Os Relatórios Provinciais são fontes que, ao expressarem os interesses das ações provinciais e de particulares na tentativa de “catequese e de civilização”; na utilização da mão de obra indígena para interesses privados e públicos; na tentativa de inserção desses povos no todo da população ou mesmo pela violência propriamente dita, possibilitam entrever um universo de ações de resistência por parte desses povos. Se os Cayapó, dentre outros povos originários que por essas localidades habitavam, no tempo presente, encontram-se ausentes da “memória oficial”, isto não causa estranhamento, mas é preciso, no reverso, contar outras histórias, perscrutando marcas e à busca de vestígios que o tempo ou a imposição da memória do esquecimento não conseguiram apagar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, W. (1987). *Magia e Técnica, Arte e Política*. 3^a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BORGES, M. C. (2012) Escravos, roceiros e povos originários em Sant'Ana de Paranaíba: terra e liberdade nos campos do sul de Mato Grosso (séculos XVIII e XIX). In: *Revista Mundos do Trabalho*. Dossiê: Terra, trabalho e conflitos. UFSC, v.4, n.8, p.45-67.

GIRALDIN, O. (1997) *Cayapó e Panará*. Luta e sobrevivência de um Povo Jê no Brasil Central. Campinas: Editora da Unicamp.

HOLANDA, S. B. (1990). *Monções*. 3^a ed. ampl. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LOPES, J. F. (2010). *Derrotas*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul.

SHARPE, J. (1992). A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. (Org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp.

TAUNAY, A. de E (1981). *Relatos Monçoeiros*. São Paulo: Editora Itatiaia Limitada.

THOMPSON, E. P. (1981). *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar.